

Desafios trabalhistas e resistências femininas em contexto universitário

Labor challenges and female resistance in a university context

Alice Vieira Crepory*
Verônica Milhome**

* *Graduada em Ciências Sociais (Licenciatura), pela Universidade de Brasília (UnB).*

** *Graduanda em Ciências Sociais (Habilitação em Antropologia), pela Universidade de Brasília (UnB).*

Resumo: Este trabalho tem o objetivo de contextualizar a situação vivida por trabalhadoras terceirizadas da UnB, responsáveis por cuidar do espaço físico da Universidade. A partir da entrevista realizada com a trabalhadora que chamaremos de Juliana, percebemos como a vida dessas mulheres é afetada, de muitas formas, pela falta de reconhecimento social de sua profissão. A terceirização já é uma condição que precariza as possibilidades de proteção sindical, e, além disso, vemos que a desigualdade de gênero e o racismo contribuem para acentuar esse quadro de desvalorização da força de trabalho. A falta de apoio institucional em momentos como a gestação e a maternidade, por exemplo, são fatores que desumanizam as relações laborais, prejudicando a saúde mental das mulheres que, por vezes, têm que se submeter a uma visão mecanicista e disciplinadora de seus corpos. Autoras como Silvia Federici

e Angela Davis nos oferecem a base teórica para pensar essa conjuntura sob um enfoque feminista.

Palavras-chave: Trabalho Feminino; Terceirização; Capitalismo e Gênero; Maternidade; Universidade de Brasília.

Abstract: This article intends to contextualize the situation lived by female outsourced workers of UnB, who are responsible for taking care of the physical space of the University. From the interview with the worker whose identity is protected under the pseudonym Juliana, we realized how the lives of these women are affected, in many ways, by the lack of social recognition of their profession. Outsourcing is already a form of precariousness of the labor union protection, and, besides that, we see that gender inequality and racism contribute to accentuate the devaluation of the workforce. The lack of institutional support in moments like pregnancy and motherhood, for instance, are factors that dehumanize the labor relations, jeopardizing the mental health of the women who, because of financial difficulties, have to submit themselves to a mechanistic and disciplinary vision of their bodies. Authors such as Silvia Federici and Angela Davis offer us theoretical basis to reason this conjuncture under a feminist approach.

Keywords: Women's Labour; Outsourcing; Capitalism and Gender; Maternity; University of Brasilia.



INTRODUÇÃO

O presente trabalho foi escrito no escopo da disciplina Antropologia do Parto e da Reprodução ofertada pelo Departamento de Antropologia (DAN) da Universidade de Brasília no primeiro semestre de 2018. Este foi um semestre reconhecido como atípico por todo o corpo universitário, pelas mulheres terceirizadas, professoras, estudantes e todos os demais. Atravessamos uma greve encabeçada pelas funcionárias terceirizadas da instituição devido às ameaças de demissão massiva. É esse contexto de acirramento da exploração humana, expresso pela demissão de cerca de 800 funcionários dentro de uma Universidade pública na capital do país, que oferece palco para a realidade social aqui apresentada.

Como forma de aliar os conteúdos abordados em sala de aula com a realidade dos movimentos sociais que vivenciamos no 1º semestre de 2018 – inclusive com o apoio e aderência estudantil à greve –, foi decidido que o trabalho final da disciplina seria uma análise de entrevista com uma trabalhadora terceirizada. Essa proposta foi significativa para nossa turma, que encontrou diversos pontos de encontro entre as temáticas estudadas e as circunstâncias que levaram ao movimento grevista, como o descaso com trabalhadoras

grávidas, a falta de apoio institucional por parte da empresa para as mães trabalhadoras, entre outras que serão abordadas ao longo do presente texto.

Esse trabalho foi formulado conjuntamente pelas autoras. Para conseguir o contato com Juliana, a trabalhadora terceirizada que uma de nós entrevistou, ligamos para o SINTFUB e nos passaram o contato de um rapaz que poderia ajudar. Ligamos para ele e explicamos a proposta da entrevista e do trabalho que seria feito, e ele indicou a Juliana para ser entrevistada, dizendo que ia entrar em contato com ela para avisar que iríamos procurá-la. Uns dias depois, voltamos a ligar para ele (que acabara se esquecendo de retornar) e conseguimos o telefone de Juliana. Ela foi muito receptiva e marcamos para conversar pessoalmente no dia 14 de junho.

A entrevista com uma funcionária negra ativa na resistência aos abusos trabalhistas na Universidade é o fio condutor da análise aqui proposta. A centralidade da biografia dessa mulher revela dois aspectos fundantes da exploração da classe trabalhadora brasileira: gênero e raça. Silvia Federici (2017) é uma das autoras mobilizadas para apresentar a centralidade da exploração do corpo feminino nas esteiras do capitalismo, junto a Angela Davis (2016), que apresenta de



maneira contundente a realidade que se impõe sobre os corpos de mulheres negras.

Gostamos muito de fazer essa entrevista e esse trabalho, foi importante para lembrar como fazer pesquisa pode ser interessante! Agradecemos muito a receptividade e sinceridade da Juliana, que compartilhou informações tão importantes sobre sua vida pessoal e vivência como trabalhadora terceirizada na UnB.

Quando nos encontramos, ela estava preocupada que ninguém visse que estava sendo entrevistada, e pediu para procurarmos uma sala vazia para conversar, porque não queria ficar exposta em uma área externa da UnB. No caminho, parou para cumprimentar os gatos que vivem na universidade, chamando-os de “meus bebês”, e conferir se alguém já tinha deixado comida e água para eles – o que demonstra a relação de familiaridade que ela mantém com o campus. Ela contou, então, que ama os gatos, que sempre é ela quem cuida deles, e que quer ser médica veterinária.

Demoramos um pouco procurando, mas, enfim encontramos uma sala vazia para conversarmos com privacidade. Juliana tem 32 anos, se reconhece como negra e ama a sua cor. Apesar do racismo que já sofreu na vida,

fez questão de enfatizar que se ama muito e tem orgulho de si mesma, inclusive de seu vínculo empregatício como trabalhadora terceirizada na UnB. Ela tem ensino superior completo, cursou Administração numa faculdade particular em Brasília; na época ela disse não saber o que queria fazer, por isso escolheu “qualquer coisa”, mas agora descobriu que quer estudar Medicina Veterinária.

ANÁLISE DA ENTREVISTA

Juliana contou que é vista como uma líder entre os trabalhadores terceirizados, e por isso é muito perseguida. Ela apenas não foi demitida porque faz parte de um programa chamado CIPA (Comissão Interna de Prevenção de Acidentes), que dá estabilidade de dois anos para os participantes. A CIPA é uma instância obrigatória que deve ser mantida por empresas públicas, privadas e todas as instituições que empregam trabalhadores. Ela é constituída de membros representantes dos empregadores e dos empregados, sendo que os trabalhadores representantes são escolhido por meio de eleições.[1] Logo Juliana se candidatou para o programa e foi eleita por seus companheiros de trabalho.



Entretanto, ela conta que foi trocada de posto de trabalho no período de mobilizações da greve, de um lugar em que estava muito visada para outro onde se sente mais isolada. A entrevistada fez muitas críticas ao prefeito do campus, dizendo que “vira a cara” para ele, pois o considera uma pessoa má que nunca ajudou os trabalhadores. Sobre suas experiências como figura líder entre seus pares, Juliana comenta:

(...) pelo fato de eu lutar, os grandões me veem como ameaça, aí eles não gostam. Eu fui ameaçada, falaram que eu ia ver: “Aquele dali vai se ver”, desse jeito. Me trocaram de posto porque eu tava muito visada onde eu estava e, para evitar mais retaliações, preferiram me mudar de posto.

É interessante analisar esse contexto de ameaças e perseguições à luz do livro “Calibã e a Bruxa”, escrito pela filósofa italiana Silvia Federici (2017). Nesta obra, a autora reflete, a partir de fontes documentais, jornalísticas e literárias, sobre o processo pelo qual as mulheres foram perseguidas e punidas historicamente, por lutarem pela sua integridade e por seus saberes, desafiar a ordem patriarcal e não ceder à dominação que as queria submissas e caladas. A figura da mulher como líder politizada que luta por seus direitos sociais e questiona a autoridade masculina pode ser aproximada à figura da bruxa, entendida muitas vezes como a mulher “desbocada”

e insubordinada. Por esse viés, podemos compreender que a perseguição às bruxas foi fundamental para consolidar a forma como até hoje nós, mulheres, somos degradadas socialmente e desprovidas de participação política e moral na sociedade capitalista.

Na “transição” do feudalismo para o capitalismo, as mulheres sofreram um processo excepcional de degradação social que foi fundamental para a acumulação de capital e que permaneceu assim desde então. (FEDERICI, 2017: 47)

Aqui vale a pena a retomada do conceito de “cercamento”, conforme elaborado por Silvia Federici (2017), que não se restringiu às terras, mas abrangeu também as relações sociais e o saber. Segundo a autora, a política de cercamento na Europa medieval foi o que permitiu o disciplinamento dos corpos, com especial incidência sobre os corpos femininos, ao sequestrar das comunidades camponesas as suas terras e desestruturar toda a rede de relações que se estabelecia a partir do espaço compartilhado. Junto à política de tomada de terras, emerge um aparato jurídico e classificatório em favor do disciplinamento dos corpos. As mulheres passam a ser criminalizadas e punidas com morte pelo exercício da autonomia relativa da qual gozavam até então.



No quadro da greve de 2018 na UnB, a atualização da política de “cercamento” fica explícita pelo constante assédio que trabalhadores e trabalhadoras sofrem ao terem o seu direito de organização política cerceado. Segundo o relato de Juliana, os funcionários/as mais ativos na greve são os primeiros a serem demitidos. O ambiente de vigilância no campus fica ainda mais tenso e as demissões recorrentes levam a um estado de terror generalizado entre os funcionários, que temem a perda do seu emprego.

Em relação à dominação a que as mulheres foram submetidas, Juliana ressaltou a questão da desigualdade no mercado de trabalho, contando que vários empregadores já não querem contratar mulheres, que ela inclusive já foi rejeitada apenas por ser mulher. Segundo ela, essa divisão sexual do trabalho acontece também em alguns postos de trabalho do campus Darcy Ribeiro.

Eu acho que tá uma discriminação total, “ah, essa mulher tem filhos”, “pode engravidar”, “ah, não tem capacidade” (...) Porque eu sou mulher eu sou frágil? Não!

Essa situação de empresas contratarem menos mulheres pode ser compreendida como uma penalização da maternidade, associada ao fato de que as mulheres ainda

recebem salários menores que os dos homens pelo mesmo trabalho. É preocupante pensar que, além de já pagarem menos para as mulheres, os empresários preferem sequer empregá-las, devido à forma desigual com que nós, como sociedade, organizamos a questão do cuidado nas famílias. Segundo a cientista política Flávia Biroli, a divisão sexual do trabalho determina que as mulheres sejam responsáveis pelo cuidado, e as exigências do mercado acabam se chocando com essa realidade. Com essa divisão, os homens podem se dedicar apenas ao mundo público do trabalho.

Essa é uma explicação para o fato de que mesmo tendo, em média, níveis educacionais superiores aos dos homens, elas permanecem pior remuneradas. Nessa lógica de mercado, está em vantagem quem pode ser ‘liberado’ do cuidado. O mercado premia essa ‘disponibilidade’ (BIROLI, 2018)

Em outro texto, “Divisão Sexual do Trabalho e Democracia”, a mesma autora critica a noção patriarcal de que o trabalho doméstico seria improdutivo. Para ela, “a produção dos alimentos, as roupas lavadas, mas também o cuidado com as crianças e as formas de apoio moral e trabalho sexual e reprodutivo que têm sido parte do casamento” devem ser mais valorizados.

As dificuldades financeiras e a desvalorização do trabalho



feminino acabam fazendo com que muitas mulheres fiquem dependentes de trabalhos precários, que elas consideram ser a única forma de garantir sua sobrevivência. Esse é o caso de Juliana, que contou sobre sua vontade de pedir demissão, motivada pelas situações ruins pelas quais já passou como terceirizada, várias delas denunciadas ao Ministério do Trabalho; apesar disso, ela acrescentou, “mas eu preciso, né, eu pago aluguel, tenho as contas pra pagar”.

Esse fenômeno, como argumentado por Silvia Federici (2017), tem raízes históricas na origem do capitalismo, e seu desenvolvimento impactou decisivamente a vida das mulheres.

A “feminização da pobreza” que acompanhou a difusão da globalização adquire um novo significado quando recordamos que foi o primeiro efeito do desenvolvimento do capitalismo sobre a vida das mulheres (...) O trabalho doméstico foi mistificado como uma vocação natural e designado como “trabalho de mulheres”. Além disso, as mulheres foram excluídas de muitas ocupações assalariadas e, quando trabalhavam em troca de pagamento, ganhavam uma miséria em comparação com o salário masculino médio. (FEDERICI, 2017: 37)

A questão das demissões em massa de trabalhadores terceirizados é um dos motivos que deixou a entrevistada indignada. Segundo ela, em um período de dois meses, cerca

de 800 pessoas foram demitidas. Somente da área da limpeza, foram 177 pessoas ou mais, o que fez com que os trabalhadores que permaneceram, em sua maioria mulheres, estivessem, à época da entrevista, muito sobrecarregados. Para Juliana, elas “voltaram à escravidão”.

Dizer que Juliana é uma mulher não é suficiente para explicar a sua condição como trabalhadora terceirizada numa das maiores universidades públicas do país. O Brasil como o conhecemos é filho da escravização de pessoas negras, fato que repercute violentamente nos processos de desenvolvimento a que temos assistido sobretudo nas últimas décadas e no qual sua capital, Brasília, figura como grande símbolo.

A partir de autoras como Angela Davis e Bergman de Paula Pereira, que abordam a desigualdade de gênero sob a ótica da questão racial, podemos entender que a comparação da sobrecarga no trabalho das terceirizadas com a condição da escravidão não é infundada, pois pode ser analisada historicamente. Com base no livro “Mulheres, Raça e Classe”, entendemos que, nos Estados Unidos, após a abolição da escravatura, as mulheres negras continuam desempenhando papéis análogos na sociedade.

[...] continuamos a desempenhar os mesmos papéis domésticos



– mudando apenas as pessoas para quem trabalhávamos: dos donos de escravos, passamos a trabalhar para o patrão que procura incansavelmente explorar-nos para enriquecer a custa da nossa cor que nos põe, no seu ver racista, na primeira fila da exploração. (DAVIS, 2016: 4)

Podemos identificar pontos de contato significativos com o cenário brasileiro. Em nosso imaginário social coletivo, a classe de trabalho analisada nesse texto ocupa lugar semelhante ao das trabalhadoras domésticas: elas cuidam de lugares que frequentamos, fazendo tarefas que, apesar de essenciais, são muito subjugadas, especialmente limpeza e vigilância. De acordo com Pereira, “O serviço doméstico no pós-abolição assume características muito próximas da estrutura escravista vigente no período anterior” (PEREIRA, 2011), posição que se aproxima daquela enunciada por A. Davis.

O trabalho doméstico é virtualmente invisível. Ninguém nota a não ser que não esteja feito. Nós notamos a cama desfeita, mas não o chão esfregado e polido. Invisível, repetitivo, exaustivo, improdutivo, não criativo – Estes são os adjetivos que a maioria capta da natureza das tarefas domésticas. (DAVIS, 2016: 159)

Pelas razões apresentadas, podemos compreender por que essas trabalhadoras, responsáveis por cuidar do espaço físico da universidade, recebem tão pouco reconhecimento social por seu trabalho. Como consequência da herança da escravidão, essas pessoas não são vistas por seus patrões como

seres humanos merecedores de uma condição digna para o serviço, e são as que mais sofrem com as demissões e demais políticas de corte de gastos em áreas sociais, áreas vistas pelos empresários como soluções para a crise econômica. A terceirização do trabalho já é uma condição que precariza as possibilidades de proteção sindical, e, além disso, vemos que a desigualdade de gênero e o racismo contribuem para acentuar esse quadro de desvalorização da força de trabalho.

Sempre que o sistema capitalista se vê ameaçado por uma grande crise econômica, a classe capitalista tem que pôr em marcha um processo de “acumulação primitiva”, isto é, um processo de colonização e escravidão em grande escala, como o que testemunhamos atualmente. (FEDERICI, 2017: 207)

Angela Davis aborda a questão das mulheres negras como representantes de papéis diferentes daqueles das mulheres brancas no sistema patriarcal. As mulheres negras seriam reconhecidas por suas características de mulher trabalhadora, guerreira e dedicada, em oposição ao papel de mulher frágil, mãe, dona de casa e incapaz – imagem entendida por teorias feministas como representativa da mulher “genérica”, quando, na verdade, diz respeito à realidade e socialização apenas das mulheres brancas das camadas média e alta.

A imagem da escravidão, conforme mobilizada por



Juliana, permite pensar o significado de sua resistência à exploração a que se encontra submetida. Segundo Davis (2016), durante a escravidão:

[as mulheres negras]... afirmavam uma igualdade [em relação aos homens negros] de modo combativo, desafiando a desumana instituição da escravidão. Resistiam ao assédio sexual dos homens brancos, defendiam sua família e participavam de paralisações e rebeliões. (DAVIS, 2016: 31)

Sobre as demissões, Juliana declarou que: “Se você tiver amigo, você fica, se não tiver, tu não fica, não, você tem que puxar saco de chefe”. Essa necessidade que as trabalhadoras têm de “puxar saco de chefe” para serem minimamente respeitadas foi criticada pela entrevistada, e corrobora a percepção de que o fenômeno escrito por Flora Tristan em 1843, de que é esperado que a mulher aja como “uma bonequinha boazinha e uma escrava destinada a distrair seu mestre e o servir” (TRISTAN, 1843), em vez de uma pessoa séria, competente e profissional, está em vigência até os dias de hoje. Flora Tristan foi uma escritora e ativista franco-peruana que argumentava que as mulheres apenas teriam seus direitos reconhecidos à medida que a classe trabalhadora se desenvolvesse e se libertasse da opressão capitalista.

Essa imagem de feminilidade como submissão é diferente

da que Juliana traz de casa, pois sua mãe é descrita como uma mulher forte que lutou muito para enfrentar suas dificuldades, vindo do interior de Minas Gerais para Planaltina de Goiás após o falecimento do marido, com quatro filhos e quatro sobrinhos para cuidar, em busca de melhores condições. Além de cuidar de sua família, para garantir que nunca faltasse comida – mesmo em situações extremas, como a ausência de moradia –, ela trabalhou também cuidando da casa de outras pessoas.

Nossa entrevistada não tem filhos, e quando questionada sobre os motivos para isso, ela destacou a falta de um parceiro e de condições financeiras adequadas. Sua prioridade nesse momento é fazer faculdade de medicina veterinária.

(...) eu acho que é melhor eu esperar mais um pouquinho, ter estabilidade, né, financeira, ter condições pra mim poder dar uma educação, dar um lazer, uma casa, um conforto pra ele. Porque eu acho que, nessas condições eu acho que eu não tenho condições de ter filho.

Para ela, é muito importante ter um parceiro para compartilhar esse momento, pois, observando a realidade de suas irmãs e primas que criam filhos sozinhas, constatou que ser “mãe solteira é bem complicado”. A nosso ver, a questão das mães solteiras se relaciona à assimetria na relação que a



mãe e o pai estabelecem com os filhos; na maioria dos casos, a mãe é a cuidadora principal e o pai é apenas uma parceria, que pode optar ou não por estabelecer vínculos com as crianças.

Como exposto por Marilyn Strathern (1995) no artigo “Necessidade de pais, necessidade de mães”, muitas vezes os vínculos dos homens são apenas com o relacionamento que gerou o filho, não com o filho em si, o que explica, por exemplo, a situação da irmã de Juliana, que passou a cuidar dos filhos sozinha após o divórcio. No texto citado, Strathern analisa a polêmica da “Síndrome do Nascimento Virgem”, um fenômeno que consistiu, nos anos 1990, na busca de mulheres britânicas por tratamentos de fertilidade que lhes permitissem terem filhos sem terem relações sexuais. A partir desse caso, a autora faz reflexões sobre a necessidade da paternidade, o significado da relação sexual e a desigualdade de gênero no que diz respeito à criação dos filhos nas sociedades euroamericanas.

No Brasil, as mulheres que criam seus filhos sem a participação ativa dos pais normalmente contam com apoio de outras mulheres de sua família. Juliana mora junto com sua irmã, mãe de dois filhos, e ajuda a cuidar de seus sobrinhos “como se fossem seus filhos também”. Ela compartilha, inclusive, da sensação de sobrecarga e das dificuldades relacionadas à

criação das crianças. A única briga que as duas irmãs tiveram durante seis anos morando juntas foi porque Juliana discordou de aspectos da criação do sobrinho:

A criação das crianças, que é de interesse coletivo por dizer respeito à reprodução social, deveria ser vista como algo de responsabilidade social. Não sendo, se torna um custo, de tempo, de energia e mesmo de renda, concentrado para as mulheres. (BIROLI, 2018)

As autoras Laura Mattar e Carmen Diniz apresentam o conceito de “hierarquias reprodutivas” para explicar como marcadores sociais de classe e raça interferem de maneira desigual no exercício de uma maternidade voluntária, prazerosa e socialmente amparada, ideal do qual as mulheres negras e pobres estariam mais distantes.

Apesar de achar que não é o melhor momento para ter filhos, Juliana disse ter medo de não conseguir construir sua família pela falta de condições, além do fato de ter 32 anos, que ela considera já uma boa idade para ter filhos. Nós nos perguntamos sobre a natureza desse medo que ela expressa, se ele estaria relacionado à expectativa social do exercício da maternidade que recai sobre a mulher, “que não raro sente a obrigação moral de exercê-la” (MATTAR & DINIZ, 2012).

Aí vem a pressão, 32 anos, começar uma nova faculdade, aí falei “como é que eu vou construir família?”, aí eu tenho



medo disso também, sabe.

Quando lhe foi sugerido que ela teria ajuda também de pessoas de sua família, principalmente as mulheres, pelo fato de esse tipo de rede feminina solidária ser comum, ela concordou, dizendo que, como ela, as mulheres gostam de ajudar e querem “pegar o problema de todo o mundo”. De fato, essa é a imagem da feminilidade construída para muitas mulheres desde a infância. Por outro lado, ela diz que essa personalidade fez com que ela agarrasse a luta na UnB, e hoje as pessoas a reconhecem como uma mulher muito guerreira, que “dá a cara a tapa” e não cruza os braços diante de injustiças. “Eu não me arrependo de nada. Se fosse pra demitir, ó, saía bem assim, com o nariz lá em cima, de orgulho”, ela diz.

Outro grave problema entre a categoria dos terceirizados é a forma como as trabalhadoras grávidas são tratadas. Na entrevista, ela relatou casos de mulheres gestantes que foram intimidadas, sobrecarregadas e excluídas de qualquer apoio institucional. A gravidez é uma época sensível, em que surgem várias preocupações novas, podem surgir diferentes problemas, mas, para ela, a sensação é de que os superiores da empresa não têm sensibilidade para perceber isso.

Ela disse que várias mulheres foram demitidas logo

após voltarem da licença-maternidade. Além disso, existem aquelas mães que são demitidas por terem filhos pequenos e passam dificuldades relativas a não ter com quem deixar o filho na hora de trabalhar, por exemplo. Juliana comentou sobre os efeitos do descaso das empresas com trabalhadoras mães e grávidas a partir do relato de uma de suas colegas:

Teve uma, que ela foi tão perseguida por causa disso, eu ficava assim, de coração partido. Ela foi muito perseguida porque não tinha com quem deixar. Ai às vezes eu ajudava ela, eu falei “não, mulher, pode chegar 8 horas que eu corro lá pro seu posto, eu seguro lá pra você até você chegar. E na hora de ir embora também, pode deixar que eu vou pra lá mais cedo, aí você pede liberação pra você ir embora” (...) Mas ela não teve foi apoio aqui dentro pra isso. Não teve apoio, foi demitida por causa disso. Então, é muito triste, eu vi, ela ficou muito mal, começou a entrar em depressão.

A falta de suporte social para a maternidade é algo muito sério, que causa sofrimento psíquico, porém a percepção vigente é a de que as dificuldades das mães, especialmente as pobres, consistem em um problema individual e uma forma de punição a essas mulheres, justificada pelo pensamento de que “ninguém mandou ela ter um filho”, e, por isso, ela teria que aguentar as consequências “naturais” de sua condição.

Esse panorama nos parece muito injusto, considerando que a desigualdade econômica é uma construção social pela qual



o Estado e o poder empresarial têm grande responsabilidade. A ausência de vagas em creches, de assistência psicológica ou qualquer serviço gratuito de qualidade voltado para o apoio à maternidade demonstra a vulnerabilidade e o sofrimento a que estão expostas as mães trabalhadoras de nosso país.

Ao mesmo tempo, o trecho descrito revela como pode haver solidariedade entre mulheres em situação de vulnerabilidade. Essas redes de apoio são formas de resistência que têm papel crucial no cuidado interpessoal, e que, muitas vezes, auxiliam na saúde psíquica de indivíduos que se veem desamparados pelo Estado. Situações como essa enfatizam o poder potencialmente subversivo da amizade frente ao sistema capitalista.

Sobre a situação das terceirizadas da UnB, Juliana acrescenta:

(...) no lugar da empresa falar assim “não, organiza sua vida, consegue uma pessoa, aí a gente, a gente vai segurando aí pra você”. Não, apoio não teve, não teve apoio. Só tem apoio aqui quem puxa saco, a realidade é essa.

Dentro da UnB, muitas trabalhadoras terceirizadas grávidas sabem que serão demitidas após o período de estabilidade previsto na CLT (Consolidação das Leis do Trabalho - Decreto-Lei nº 5.452, de 1 de maio de 1943). A

naturalização da fragilidade do vínculo empregatício dessas mães constitui uma violência institucional que não apenas impacta as suas vidas, mas também a de muitas mulheres que porventura queiram ser mães, uma vez que a lógica da exclusão e punição é também uma pedagogia de disciplinamento coletivo. Observar o sofrimento de mulheres grávidas que vão ao trabalho já sabendo que após o nascimento da criança estarão desempregadas faz com que se alastre um medo legítimo e adoecedor a respeito da experiência da maternidade.

Segundo Juliana, que acredita que a relação com o chefe deve ser apenas profissional, não existe espaço dentro da empresa para negociações do tipo “sair mais cedo 20 minutinhos pra ir pro curso”, nem se fosse para levar o filho à escola ou algo assim. Em contrapartida, ela contou casos de funcionários que são parentes dos “lá de cima” da empresa e têm várias regalias, saindo mais cedo que o horário regulamentar sem nenhum motivo e sem receber penalidades, por exemplo.

De acordo com Juliana, apesar de respeitarem o período da licença-maternidade, assegurado por lei, os chefes tratam a mulher que retorna da licença como qualquer outro funcionário, que deve trabalhar no mesmo ritmo de antes. Mesmo as mulheres grávidas são tratadas dessa forma e



acabam expostas a situações que podem ser prejudiciais para elas.

Se for pra poder trocar de trabalho num lugar movimentado, eles trocam, não tem dó não. Igual aconteceu agora, a nossa colega, tá grávida né, ela não queria sair do posto, a polícia foi lá e obrigou ela a sair: Que tem o fiscal, tem o preposto, tem não sei o que, diretor e tal, foi lá e chamou, “você vai sair daqui, pronto e acabou”. Lá era mais tranquilo pra ela (...) O preposto jogou na cara dela: “Você só não vai ser demitida porque você tá grávida”.

A partir de relatos como esse, percebemos o cenário crítico de frequentes desautorizações que as mulheres grávidas terceirizadas têm enfrentado. O texto supracitado de L. Mattar e C. Diniz (2012) traz uma perspectiva importante para analisarmos o exercício da maternidade no contexto das trabalhadoras terceirizadas.

Segundo as autoras, aspectos como a classe social e a raça, entre outros, são fundamentais para entender a legitimidade social das vivências das gestantes e mães. Portanto, as mulheres negras e em contexto de pobreza estariam na base da pirâmide das hierarquias reprodutivas, o que as coloca em posição de vulnerabilidade para sofrer discriminações e vivenciar a maternidade em um contexto precário em termos de direitos humanos.

Considerando que muitas das trabalhadoras em questão estão nessas categorias de pertencimento social, entende-se que é negado a elas o direito a uma maternidade prazerosa e amparada pelo ambiente de trabalho. Além da discriminação sexista, classista e racista que casos como os relatados por Juliana representam, segundo Mattar e Diniz (2012) eles também podem representar violência patrimonial, pois a falta de suporte social à mãe “a priva de conseguir suprir suas necessidades básicas e as de seus filhos” (MATTAR; DINIZ, 2012). Como disse Juliana:

(...) igual eu conheço grávidas aqui dentro que passa dificuldade com seus esposos, não se dão... assim, né, tem aquela crise pessoal entre eles. Ai tá grávida, ai chega aqui com essa pressão toda ainda, ai como é que uma cabeça dessa pessoa fica? Como é que uma gestação vai ficar bem? Não fica bem, entendeu?

A entrevistada comentou sobre um caso em que foi pedir apoio ao preposto da empresa porque não estava se sentindo bem e acabou ficando pior. Ela diz que, em vez de ajudar, ele respondeu gritando com ela. O capitalismo desumaniza as relações de trabalho, transformando pessoas em prestadores de serviço, máquinas ou “recursos naturais que trabalham e criam para o Estado” (FEDERICI, 2017: 173). Nesse contexto, não há dúvida de que as mulheres, especialmente as negras, como



Juliana, que são constantemente objetificadas e inferiorizadas em sua humanidade, sofrem ainda mais com essa visão mecanicista e disciplinadora dos corpos dos trabalhadores.

Podemos afirmar que o contexto de greve na UnB intensificou o clima de “caça às bruxas” entre os trabalhadores terceirizados. As principais palavras usadas na entrevista para descrever esse contexto foram “fragilidade, perseguição e medo”. Uma das pautas do movimento de greve eram as demissões em massa que estavam ocorrendo, e, mesmo assim, as ameaças por parte dos fiscais e diretores eram de que aqueles que aderissem à greve seriam demitidos. Juliana contou que ouviu o seguinte:

“Volta pros seus postos se não vocês vão ser demitidos, se não vocês vão levar falta”. Eu vi que realmente as pessoas queriam lutar, mas, muito medo, sabe? Muito medo de perder o emprego, muito medo.

Com o grande número de demissões, os trabalhadores ficaram muito sobrecarregados, restando poucas pessoas para realizar um grande número de tarefas. Uma das consequências disso é que eles não estavam podendo usufruir do horário de almoço. Juliana disse que passava 12 horas no posto sem sair, estava comendo no local de trabalho, com as pessoas lhe pedindo informações, entregando chaves e abrindo portas com

o prato na mão. Segundo ela, várias pessoas estavam passando fome em seus postos, inclusive grávidas. Além disso, ela contou que vários trabalhadores estavam sem tirar férias havia anos, pois todo ano ocorria mudança de empresa e o contrato era “zerado”. A respeito disso, Silvia Federici escreveu sobre a alienação do corpo realizada pelo capitalismo, que, desde sua origem, busca “romper as barreiras da natureza” e explorar ao máximo a força de trabalho, sem se importar com a saúde e o bem-estar das pessoas.

Podemos observar, em outras palavras, que a primeira máquina desenvolvida pelo capitalismo foi o corpo humano e não a máquina a vapor, nem tampouco o relógio. (FEDERICI, 2017: 208)

Outra questão enfatizada por ela sobre o cotidiano das trabalhadoras terceirizadas é a grande quantidade de casos de assédio sexual e moral sofridos protagonizados por professores e visitantes (“pessoas de fora, que passam pra pedir informações”). Além de contar que os professores “dão em cima mesmo” e também gritam com elas “sem dó”, compartilhou um relato de assédio que aconteceu com ela, quando, em seu posto de trabalho, foi abordada por um visitante, que perguntava sobre a localização de um departamento.

“Senhor, o departamento fica em tal, tal e tal lugar”, “Moça,



tem como você repetir de novo? Porque eu não consegui nem prestar atenção no que você falou, você é tão bonita”. Ele tava me olhando assim, ele tava me comendo só no olhar, sabe?

“Me dá seu telefone?”, eu falei “senhor, não posso dar meu telefone, estou no meu local de trabalho, me desculpa”. Então, a gente tem que tratar ainda super bem.

Ela reconhece que, embora, às vezes, nós, mulheres, nos sintamos estranhamente culpadas por passar por situações de assédio, é importante não se calar diante da opressão: “Se precisar de ir pra justiça eu vou, denunciar eu vou, eu vou na ouvidoria, eu não fico mais calada, acabou”. O sexismo, nesse contexto aliado ao racismo e à opressão de classe, utiliza de táticas intimidatórias como assédio moral e sexual para enfraquecer e dividir as mulheres, garantindo a dominação masculina. Denunciar, além de ser importante para cada caso individual, fortalece as mulheres como coletividade, incentivando que suas companheiras de trabalho tenham noção sobre a dimensão generalizada dos assédios. As denúncias também propiciam ferramentas para nutrir o sentimento de união na luta pelos direitos das mulheres, inclusive o direito de não ser objetificada e tratada de maneira invasiva ou humilhante.

Antes que nossos corpos sejam nós mesmas, temos que pegá-los de volta para nós mesmas (...). Há uma necessidade coletiva das mulheres de reconstituir a nós mesmas como atores

políticos. (PETCHESKY, 1995: 403; nossa tradução)

REFLEXÕES FINAIS

Condições de trabalho tão precárias como as expostas no presente artigo nos deixam indignadas e nos motivam a lutar por uma vida mais digna para as pessoas que são submetidas a essas situações, ainda mais considerando que as próprias terceirizadas já enviaram muitas denúncias para o Ministério do Trabalho e nenhuma medida concreta foi tomada, até o momento. Esse trabalho é também uma forma de denunciar o contexto atual da terceirização na UnB e de dar visibilidade à situação dessas mulheres trabalhadoras.

Federici aponta que a acumulação primitiva do capital na Europa só pôde ocorrer devido à exploração nas colônias, em que o racismo e o genocídio propiciaram as bases para uma futura revolução industrial. A escravidão estadunidense descrita por Angela Davis também fornece subsídios para compreendermos os processos vividos pelas mulheres negras em nosso país. Na condição de antiga colônia que se “desenvolveu” a partir da escravização de trazidas do continente africano, vivemos no Brasil um processo de atualização de ambas as violências: os diversos cercamentos descritos por Federici e as violências



racistas e misóginas denunciadas por Davis.

A Universidade de Brasília, não obstante o projeto pedagógico pautado pela comunhão entre produção do conhecimento e necessidades sociais da comunidade que a cerca, reflete todas as contradições inerentes ao modo de produção capitalista no século XXI. A greve deflagrada no primeiro semestre de 2018 não teve fôlego para impedir a demissão de cerca 800 trabalhadores terceirizados, certamente porque não houve adesão sequer do corpo docente e da maior parte do corpo estudantil. O quadro reduzido de mulheres responsáveis pela limpeza intensificou a profundidade da exploração no campus, gerando um ônus psíquico incalculável para famílias inteiras. No mesmo semestre, uma estudante do curso de Ciências Sociais cometeu suicídio no campus em plena luz do dia, na frente de centenas de pessoas. Semanas depois, um estudante em estado de vulnerabilidade social e sofrimento psíquico, completamente desamparado pela assistência institucional foi assassinado, também dentro do campus.

É urgente que dirijamos nossos esforços para a superação desse clima de violência geral e naturalizada que assola o ambiente acadêmico e, em especial, a Universidade

de Brasília. Federici coloca no centro da teoria da acumulação primitiva o massacre sobre os corpos das mulheres, alçando a violência contra os poderes reprodutivos femininos a condição de elemento fundante da reprodução do capitalismo. É essa experiência, que carrega consigo aspectos humanos, espirituais e corporais, além daqueles sociológicos, políticos e simbólicos, que pode fornecer os elementos necessários para tecermos novas afetividades, solidariedades e organizações políticas, conforme realizado por Juliana. A união entre mulheres é importante para que seus corpos, sobretudo corpos de mulheres negras, deixem de ser “a carne mais barata do mercado”, como canta Elza Soares, na música “A Carne”, de 2002.

Nota Complementar

Após a conclusão do artigo, em fevereiro de 2019 uma de nós entrou em contato novamente com Juliana e combinamos de nos encontrar para conversar, pois ela contou que havia sido demitida e tinha mais informações para compartilhar. Ela comentou que sentia que a demissão era um alívio, visto que as condições laborais ruins, incluindo o clima tenso de perseguições e as constantes mudanças de postos de



trabalho, a deixavam muito triste e sem vontade de ir trabalhar. Segundo ela, a demissão aconteceu pelo fato de ela ter “sangue político na veia”, afinal, em suas palavras: “Todo mundo que luta aqui dentro é demitido”. Em relação à justificativa dada pela empresa para tomar a decisão de demiti-la, Juliana disse não ter sido informada nenhum motivo objetivo, apenas ouviu a frase: “Seu aviso prévio chegou” – o que não foi nenhuma surpresa para ela. Ela foi demitida um mês antes do término do prazo estabelecido pela CIPA (programa que lhe garantia estabilidade empregatícia por dois anos). No local onde se deu o encontro, havia cartazes com os dizeres “Machista opressor. Fora o preposto da empresa X” e “Assédio Moral. Opressão. Demissões. Fora o preposto da empresa X”, que haviam sido colados por funcionários terceirizados ligados ao sindicato, pedindo a saída do preposto da empresa, que estaria sendo acusado de demissões arbitrárias, assédio moral, perseguição e machismo. A entrevistada contou que, recentemente, vários trabalhadores começaram a denunciar situações de intimidação e misoginia praticadas pelo preposto, as quais estão sendo divulgadas pelo sindicato; muitos relatos dizem respeito ao costume de gritar com as mulheres trabalhadoras, ao ponto de as funcionárias temerem precisar falar com ele.

Notas

[1] Guia Trabalhista. <<http://www.guiatrabalhista.com.br/guia/cipa.htm>>. Acesso em: 01 de fevereiro de 2019.

Referências Bibliográficas

BIROLI, Flávia. Divisão Sexual do Trabalho e Democracia. *Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, vol. 59, 2016.

BIROLI, Flávia. Como a relação entre maternidade e desigualdade salarial afeta as mulheres. Entrevista por Juliana Domingos. Disponível em: <<https://www.nexojornal.com.br/expresso/2018/05/12/Como-a-relação-entre-maternidade-e-desigualdade-salarial-afeta-as-mulheres>>. Acesso em: 2 de julho de 2018.

DAVIS, Angela. *Mulheres, Raça e Classe*. São Paulo: Boitempo, 2016.

FEDERICI, Silvia. *Calibã e a Bruxa*. São Paulo: Elefante, 2017.

MATTAR, Laura Davis; DINIZ, Carmen Simone Grilo. *Hierarquias reprodutivas: maternidade e desigualdades no exercício de direitos humanos pelas mulheres*. São Paulo: Interface, 2012.

PEREIRA, Bergman de Paula. *De escravas a empregadas domésticas - A dimensão social e o “lugar” das mulheres negras no pós-abolição*. São Paulo: PUC - SP, 2011.

PETCHESKY, Rosalind Pollack. *The Body as Property: A feminist re-vision*. California:



University Of California Press, 1995.

STRATHERN, Marilyn. Necessidade de pais, necessidade de mães. Revista Estudos Feministas. 1995.

TRISTAN, Flora. União Operária. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2015.

